

## FORMAÇÃO DE PROFESSORES: REFLEXÕES SOBRE TEORIAS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS

Iuri da Cruz Oliveira  
Reginaldo de Oliveira Nunes

### Resumo

A formação de professores é fundamental visando o desenvolvimento de práticas pedagógicas que garantam a aprendizagem. O objetivo do trabalho é realizar uma revisão bibliográfica abordando a temática em questão. Envolveu discussões sobre os pressupostos teóricos e práticas das concepções avaliativas, justificando a importância do educador conhecer o processo de construção do percurso histórico da educação, descrevendo pressupostos teóricos e práticos das teorias curriculares não crítica ou tradicional, crítica e pós-crítica, expondo também a gestão da sala de aula, com as práticas que podem oportunizar a melhoria da aprendizagem e uma discussão sobre a atuação docente no desenvolvimento das aprendizagens.

Palavras-chave: Formação Docente. Concepções Pedagógicas. Ensino.

### 1 INTRODUÇÃO

A formação de professores envolve considerar as condições situacionais e conscientizar-se das finalidades dessa formação, considerando aspectos como: porque, para que e para quem ela é desenvolvida, visando assumir compromissos éticos e sociais.

Uma nova lógica social faz com que o modelo de relações no mundo contemporâneo venha sendo substituído. Essas relações vêm sofrendo influências relacionadas as tecnologias, processo de globalização e novas sociabilidades. No entanto, pode ser estabelecido nesse cenário uma reconfiguração em relação a formação do professor.

Com base nessa perspectiva, o presente trabalho apresenta como tema “a formação do professor frente às teorias e concepções pedagógicas contemporâneas”. Portanto, o objetivo do trabalho é realizar uma revisão bibliográfica abordando a temática em questão. A problematização envolve a discussão sobre: Como a formação docente pode auxiliar sua atuação no contexto educacional e conseqüentemente favorecer a aprendizagem dos alunos?

O trabalho envolve discussões sobre os pressupostos teóricos e práticos das concepções avaliativas (classificatória e formativa), justificando a importância do educador conhecer o processo de construção do percurso histórico da educação.

Também se descreve pressupostos teóricos e práticos das teorias curriculares não crítica ou tradicional, crítica e pós-crítica e em relação as práticas pedagógicas são expostos como a gestão da sala de aula, ou seja, as práticas de ensino podem oportunizar a melhoria da aprendizagem, e, para finalizar se faz uma discussão sobre a atuação docente no desenvolvimento das aprendizagens.

## 2 DESENVOLVIMENTO

A pesquisa é classificada como de revisão bibliográfica, por meio da consulta de trabalhos atuais que abordassem a temática em estudo. Pesquisas do tipo revisão bibliográfica são compreendidas como uma investigação científica, cujo objetivo é realizar um estudo orientado em referenciais de pesquisas sobre a temática em estudo, podendo ser artigos, livros, capítulos de livros, dissertações e teses, entre outras fontes de consulta.

Tem como objetivo colaborar na ampliação dos conhecimentos, tanto de maneira teórica quanto prática, por meio da organização dos conhecimentos de outros autores e suas pesquisas, desenvolvendo assim, uma organização e sistematização dos dados que se encontram disponíveis no meio acadêmico e científico. A seguir são sistematizados os dados obtidos por meio da revisão bibliográfica sobre as temáticas analisadas.

A avaliação da aprendizagem é considerada, segundo Vasconcelos e Brito (2014), como a “principal ferramenta do processo educacional”. Moura (2016), destaca também que a avaliação “permeia todo o processo de melhoria do currículo escolar e funciona como um meio de regulação do ensino e aprendizagem”. Já Antunes (2002, p. 10), a “tarefa do professor ao avaliar exige competência, discernimento, equilíbrio, além, é claro, de conhecimentos técnicos”.

Luckesi (2005, p. 119), aborda a avaliação como uma “ferramenta da qual o ser humano não se livra. Ela faz parte de seu modo de agir e, por isso, é necessário eu seja usada da melhor forma possível”. É necessário também, perceber que a “avaliação deixe de ser utilizada como recurso de autoridade, que decide sobre os destinos dos estudantes, e assume o papel de auxiliar o crescimento” (LUCKESI, 2005, p. 166).

Partindo desses pressupostos teóricos, destaca-se as concepções avaliativas. Segundo Nunes e Scherer (2021), a avaliação classificatória utiliza-se de testes padronizados visando a atribuição de nota aos alunos, vem sendo contestada por um processo denominado como construtivista, que é conhecimento como avaliação formativa. Na avaliação formativa, o aluno deve ser reconhecido como um sujeito ativo no processo de construção do conhecimento.

Nesse sentido, segundo Vasconcelos (2014, p. 89), considera que a avaliação precisa “assumir uma perspectiva transformadora, cujos resultados façam parte de um diagnóstico, para que a partir da análise da realidade sejam tomadas decisões sobre o que fazer para superar os problemas constatados”.

Além de conhecer o processo avaliativo, é importante o professor entender e conhecer como se deu a construção do percurso histórico da educação. Nesse sentido, Nogueira (2018), destaca que a compreender a trajetória da Educação “é uma parte tão importante da formação de um docente que essa área do conhecimento deveria ser eixo da organização dos conteúdos curriculares de Pedagogia”.

Corroborando com a discussão, Saviani (2011), reconhece que conhecer a História da Educação é um processo essencial aos professores e estudantes da área, pois espera-se de um curso estruturado a formação de pedagogos com consciência da realidade em que vão atuar. Segundo Saviani (apud NOGUEIRA, 2018), “se os educadores quiserem compreender a fundo o significado essencial de sua profissão, eles devem se abrir sem reservas para a História da Educação”, complementando ainda, que é a partir desse conhecimento da História da Educação que é possível “compreender de onde veio a estrutura do Ensino Público no país e fazer relações entre a educação da época do Brasil Colônia e do Império e a Educação Pública dos dias de hoje”.

Saviani (apud NOGUEIRA, 2018), ainda complementa ao discutir que é possível analisar essas relações de duas formas, sendo: a) a positiva, advinda das iniciativas dos jesuítas no período colonial bem como as reformas pombalinas da instrução pública, aliadas, no período do império, às “iniciativas tanto do governo imperial quanto dos governos provinciais para organizar a escola pública, constituindo a base sobre a qual (a partir do regime republicano) foi sendo construída a escola pública que temos hoje” e b) a negativa, por meio da observação que a educação nunca mereceu, por parte das “nossas elites dirigentes e das autoridades políticas, aquela prioridade que ela merece e que é proclamada constantemente nos discursos mas nunca trazidas em ações práticas”.

Com esses conhecimentos, é possível também “determinar marcos da História da Educação no Brasil, levando em conta as ideias pedagógicas e as concepções de educação” (SAVIANI, 2011).

Ao conhecer a História da Educação, pode-se evidenciar os pressupostos teóricos e práticos das teorias curriculares: não crítica ou tradicional, crítica e pós-crítica. Para entender essas teorias, deve-se remeter ao conceito de currículo, que segundo Linhares e Silva (2020, p. 3), não é “resumido em apenas uma definição certa, são diversos os significados empregados a palavra, ainda que comumente vemos a sua ligação com os conteúdos e metodologias aplicadas nas instituições de ensino”, bem como

também, uma definição mais conhecida, como sendo: “a listagem de competências, habilidades e formação de toda a vida intelectual e profissional do indivíduo”.

No que se refere ao contexto pedagógico, o currículo vem sendo evidenciado como “uma sequência, um caminho a ser percorrido, tanto para o professor como para o aluno, ou seja, o professor ensina os conteúdos de maneira sequenciada e o aluno irá absorver para poder seguir ao próximo estágio” (LINHARES; SILVA, 2020, p. 3). Sobre esse entendimento, Sacristán (2013), compreende que a formulação do conceito de currículo em sua origem torna possível observar a ideia que era empregada e como essa se modificou ao longo do tempo, o que possibilitou o reconhecimento das teorias do currículo, que passam a ser discutidas a seguir.

A Teoria Curricular não crítica ou tradicional, são conhecidas como teóricas técnicas, sendo promovidas na primeira metade do século XX, associando disciplinas curriculares a questões puramente mecânicas. Assim, a educação estaria ligada ao sistema industrial, que, vivia os paradigmas da administração científica, conhecida como Taylorismo. O Taylorismo está ligado a uma padronização, imposição de regras no ambiente produtivo, sendo que dessa forma, o currículo era visto como instrução mecânica vinculado a uma lista de assuntos impostos que por sua vez deveriam ser ensinados pelo professor e repetidos pelos alunos. O ensino então, era centrado na figura do professor, que era responsável pela transmissão dos conhecimentos e, os alunos, eram apenas repetidores desses conhecimentos (SILVA, 2003). A Teoria crítica estava baseada no plano teórico de concepções marxistas, compreendendo que tanto a escola como a educação eram considerados instrumentos de reprodução das desigualdades sociais, constituídas na sociedade capitalista. O currículo, portanto, estaria ligado a interesses e conceitos das chamadas classes dominantes. A função do currículo, estaria ligada a uma estrutura crítica que pudesse promover uma libertação em favor das classes populares, ou seja, era um espaço de luta vinculada aos campos cultural e social (SILVA, 2003).

Por outro lado, a teoria curricular pós-crítica emerge nas décadas de 1970 e 1980, e parte de princípios da fenomenologia, ideais multiculturais e pós-estruturalismo, criticando consideravelmente as teorias tradicionais, e elevando as suas condições para além da questão de classes sociais, pois o foco principal seria o sujeito em si. Ou seja, era necessário se conhecer e compreender as questões étnicas e culturais, como questão racial, de gênero, sexualidade e todos os elementos próprios das diferenças entre as pessoas. Portanto, era necessário o combate ao que consideramos opressão de grupos marginalizados e a luta pela sua inclusão no meio social. Sua função, era, portanto, adaptar os alunos ao contexto específico para que o mesmo pudesse compreender nos costumes e práticas do outro uma relação de diversidade e respeito. Também, considerava que não existia um conhecimento único e verdadeiramente válido, sendo uma questão histórica, que irá se transformar de acordo com tempos e lugares em que ocorre (SILVA, 2003).

Entendido as concepções e diferenças entre as teorias de currículo, cabe o professor compreender as práticas pedagógicas que envolvem a gestão da sala de aula. Sobre esse aspecto, a gestão da sala de aula envolve práticas de ensino que podem favorecer a melhoria do processo de aprendizagem dos alunos. De acordo com Vasconcellos (2014), uma boa gestão de sala de aula é elemento fundamental visando concretizar os objetivos da escola, que são a aprendizagem efetiva, alegria crítica e o desenvolvimento humano pleno dos seus alunos. A gestão da sala de aula, segundo o autor, ocorre em três dimensões distintas, sendo o trabalho com o conhecimento, a organização da coletividade e o relacionamento interpessoal.

Quando se fala em trabalho com o conhecimento é, a apropriação do saber pelo aluno, sendo o aspecto da gestão de sala de aula que tem maior compreensão dentro das escolas. O professor então é quem deve garantir que o saber seja transmitido de forma eficaz, dando-lhe significados e trazendo novas metodologias, técnicas e linguagens que conversem com os alunos, tendo em vista a competição com os elementos do conhecimento

externo (internet, meios de comunicação), entre outros (VASCONCELLOS, 2014).

A organização da coletividade tem relação com o clima de trabalho na sala de aula, ou seja, é necessário criar um ambiente de participação, interação, disciplina e respeito, visando um processo de ensino aprendizagem eficiente, no entanto, é fator primordial uma boa gestão da sala de aula. Já o relacionamento interpessoal é fundamental também, pois um bom relacionamento entre professor e aluno promove o respeito mútuo, a organização da coletividade. Para que isso ocorra, é necessário que professor e aluno tenham a capacidade de compreender os diferentes mundos em que estão inseridos, sendo fundamental que o professor tome partida da situação, demonstrando interesse, fazendo contato, visando se conectar com a turma da sala em que está gerenciando (VASCONCELLOS, 2014).

Nesse sentido, é necessário compreender a atuação docente visando o desenvolvimento das aprendizagens. Sobre esse aspecto, Tardif (2002), destaca que ao entrar na sala de aula, "o professor coloca-se diante de seus alunos, criando condições e esforçando-se para estabelecer relações, interações, saberes". Complementa ainda ao destacar que "essa atividade docente rotineira atravessa o espaço de sala de aula, perpassa outros espaços da escola, revela valores, orienta relação com a turma e com outros pares, apresenta-se em toda a escola, e a gestão escolar agrega esse conjunto de relações" (TARDIF, 2002).

Segundo Moro (2017), é essencial que os docentes nas práticas pedagógicas levem em consideração as origens, condição cultural e motivação dos alunos, levando em consideração que as necessidades afetivas, cognitivas e educacional são diferentes, pois cada aluno tem particularidades individuais e específicas. Para que a aprendizagem se efetive é necessário que ocorra a troca mútua no processo de ensino, devendo estar professor e aluno comprometidos com o processo educacional, aprendendo juntos independente das dificuldades e diferenças que venham ser apresentadas.

Sobre a atuação docente, Libâneo (2002, p. 28), destaca que os educadores “precisam ter um pleno domínio das bases teóricas científicas e tecnológicas, e sua articulação com as exigências concretas do ensino, pois é através desse domínio que ele poderá estar revendo, analisando e aprimorando sua prática educativa”. Segundo o autor, é preciso uma mudança pessoal a partir do momento em que houver mudanças no meio e nas práticas do fazer. A prática pedagógica “ultrapassa uma exigência da vida, promovendo nos indivíduos conhecimentos e experiências em todos os ramos da ciência, tornando-os aptos a atuar na sociedade, transformando-a” (LIBÂNEO, 2002, p. 28).

A didática é essencial na preparação para a atuação docente e conseqüentemente o processo de aprendizagem, pois é ela que possibilita a manifestação de suas várias atividades. A didática, portanto, vai além da técnica de ensinar, pois ela auxilia na “organização do pensamento, na escolha de um método aceitável de ensino e sinaliza o melhor caminho da aplicabilidade”. É imprescindível destacar que a integração da didática no processo de formação docente “mobiliza a inter-relação disciplinar para a reflexão sobre as atividades pedagógicas caracterizando-se como meditação entre os conhecimentos teóricos-científicos da área escolar”, pois quando o professor “atua de forma responsável e segura em relação aos conteúdos ministrados, com uso de materiais suporte que facilitariam a compreensão dos alunos, estaria didatizando” e efetivando o que realmente objetivou (MORO, 2017, p. 2).

Por fim, segundo Freire (1996), “o processo de ensino-aprendizagem é uma seta de mão dupla, de um lado, o professor ensina e aprende e, do outro, o estudante aprende e ensina”.

### 3 CONCLUSÃO

O professor é aquele que estabelece os objetivos sociais e pedagógicos, selecionando e organizando os conteúdos, escolhendo os métodos e organizando a sua classe, traçando critérios de comportamento

que serão indispensáveis para o bom andamento de “nossa aula”. Digo nossa, pois nesse processo estão envolvidos o professor e todo o seu planejamento e o aluno e sua aprendizagem.

Afinal, essas ações proporcionadas pelo professor devem ficar claras aos alunos, sujeitos ativos e independentes e não mero repetidores de informações. A autoridade e a autonomia, são dois pontos principais dos processos pedagógicos, sendo a autoridade do professor e a autonomia dos alunos, ambas complementares.

Esse trabalho foi de suma importância pois contribuiu para a reflexão de processos essenciais na formação e atuação do professor, desde o conhecimento sobre a história da educação, passando sobre a importância da didática no processo de formação, o entendimento sobre o currículo escolar e as práticas de ensino e a avaliação da aprendizagem escolar.

#### REFERÊNCIAS

ANTUNES, Celso. A Avaliação da Aprendizagem Escolar. 4ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. Reflexividade e formação de professores: outra oscilação do pensamento pedagógico brasileiro? In: PIMENTA, Selma G.; GHEDIN, Evandro (Orgs.). Professor reflexivo no Brasil – gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

LINHARES, Guilherme Higor Carvalho.; SILVA, Ribamar Nogueira da. Teorias do currículo e relações de poder. Revista Científica Eletrônica de Ciências Aplicadas da FAIT, n. 2, nov. 2020. Disponível em: [http://fait.revista.inf.br/imagens\\_arquivos/arquivos\\_destaque/4XLhx7yqhdWBxKG\\_2020-12-14-17-26-13.pdf](http://fait.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/4XLhx7yqhdWBxKG_2020-12-14-17-26-13.pdf). Acesso em: 11 out. 2021.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MORO, Luciana. Atuação docente no processo de ensino-aprendizagem: os desafios pedagógicos nas diversidades socioculturais. 2017. Disponível em:

<https://www.pedagogia.com.br/artigos/atuacaodocente/>. Acesso em: 11 out. 2021.

MOURA, Sebastião Rodrigues. Avaliação em Aulas de Ciências e Matemáticas: Narrativa(auto) biográfica como instrumento de formação do professor-pesquisador. Boletim Online de Educação Matemática - Boem, v. 4, n. 6, p. 28-47, 2016.

NOGUEIRA, Flávia. Porque o educador precisa estudar História da Educação. 2018. Disponível em: <https://gestaoescolar.org.br/conteudo/2080/por-que-o-educador-precisa-estudar-historia-da-educacao>. Acesso em: 11 out. 2021.

NUNES, Daniela Marques. SCHERER, Adriana Paula Zamin. A avaliação formativa da aprendizagem no contexto da pandemia: um relato de experiência no ensino superior. 2021. Disponível em: <http://conferencias.unifoa.edu.br/index.php/viiforuminovacao/viiforuminovacao/paper/view/4844>. Acesso em: 11 out. 2021.

SACRISTÁN, José Gimeno. Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11 ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2002.

VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho; BRITO, Regina Helena Pires de. Conceitos de Educação em Paulo Freire. 6. ed. São Paulo: Vozes, 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação: concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar. 20. ed. São Paulo: Libertad, 2014.

Sobre o(s) autor(es)

1. Mestre em Ensino de Física, Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Integrante do Grupo de Pesquisa em Etnoconhecimento e Pesquisa em Educação (GPEPE). E-mail: iuricruzmpf@gmail.com. ORCID:<https://orcid.org/0000-0003-2396-0541>.

2. Pós-doutorado em Educação. Professor Adjunto do Departamento de Ciências Humanas e Sociais, da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Líder do Grupo de Pesquisa em Etnoconhecimento e Pesquisa em Educação (GPEPE). E-mail: reginaldonunes@unir.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4287-9036>